

CLIPPING IMPRESSO

26/10/2021



INDICE

1. CNJ	
1.1. JORNAL PEQUENO.....	1
2. DESEMBARGADOR	
2.1. JORNAL O IMPARCIAL.....	2
2.2. JORNAL PEQUENO.....	3
3. ESMAM	
3.1. JORNAL PEQUENO.....	4
4. EVENTOS	
4.1. JORNAL O DEBATE.....	5

SEAP e CNJ participam da inauguração do Escritório Social em São Luís e Itapecuru-Mirim para atendimento à pessoa egressa

A Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), acompanhada do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e membros do Tribunal de Justiça (TJ-MA), em cerimônia realizada nesta quinta-feira (21), lançaram o Escritório Social de São Luís e o municipalizado na cidade de Itapecuru-Mirim, equipamentos destinados às pessoas egressas do sistema prisional e a seus familiares para acesso à rede de serviços.

“Quando o Escritório Social funciona dentro das expectativas, diminuem os índices de

reincidência criminal. O trabalho do sistema prisional não é finalizado a partir do momento que o custodiado sai de uma unidade prisional ressocializado, pois poucos se dão conta, mas é para além do cárcere que as dificuldades do apenado aparecem, e por isso, ele precisa desse apoio”, disse o secretário da SEAP, Murilo Andrade.

No Escritório Social, será possível receber orientações e encaminhamentos para acessar políticas públicas de saúde, educação, assistência social, trabalho e renda, dentre outros serviços importantes para a vol-

ta ao convívio social com mais oportunidades. O coordenador do DMF/CNJ, juiz Luís Geraldo Lanfredi, presente no evento, elogiou o compromisso dos representantes do Maranhão. “O Escritório Social consolida uma ação de extrema importância para o CNJ, que é a Política Nacional para o Egresso. Este já é o 18º Escritório Social operando como referência para os que deixam o ambiente do cárcere e também como um ponto de apoio a seus familiares”, disse. Criado pelo CNJ em 2016, o Escritório Social resulta de gestão compartilhada entre

o Poder Judiciário e o Executivo. A expansão e otimização da metodologia do Escritório Social faz parte do programa Justiça Presente, parceria do CNJ e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen).

O Escritório Social, através da Supervisão de Reintegração Social, irá atender toda a demanda da Grande Ilha com uma equipe multidisciplinar, com assistente social, psicólogo, e advogados.

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



- 1** O deputado federal Juscelino Filho (DEM-MA) vai relatar o PL 5977/19, que aumenta o número de membros dos tribunais regionais federais. O projeto do TSTJ transforma cargos vagos de juiz federal substituto em de juízes dos TRFs.
- 2** Pensando bem, o Brasil não precisa aumentar o número de juízes federais, estaduais e desembargadores. Precisa mesmo é tornar a justiça mais operativa nos tempos de tecnologia digital, com maior resolutividade e por mais sociedade dentro das decisões.

Informe JP

Miudinhas

*** O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) inaugurou no Maranhão iniciativas voltadas às pessoas egressas do sistema prisional: unidades do Escritório Social em São Luís e Itapecuru Mirim, e a Rede de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional (Raesp).

*** O objetivo, segundo a assessoria do CNJ, é a garantia de direitos das pessoas egressas do sistema prisional e de familiares, fortalecendo e potencializando ações e políticas voltadas para esse público.

*** Em São Luís, a solenidade de inauguração aconteceu na Central Integrada de Alternativas Penais e Inclusão Social (Ciapis), que abrigará a unidade por meio de convênio entre Judiciário e Executivo.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO

Regularização (I)

Desembargadores dos estados-membros do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do MATOPIBA-MG se reuniram em Palmas, na noite de quinta-feira, 21, para discutir o tema “Regularização Fundiária: instrumento de inclusão social no MATOPIBA-MG” (MA – TO – PI – BA e MG), com a presença do governador do Estado em exercício, Mauro Carlesse, magistrados e servidores do Poder Judiciário da região.

A solenidade de abertura da 7ª Reunião do Fórum Fundiário dos Corregedores-Gerais da Justiça da Região do MATOPIBA-MG aconteceu na sede do Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO) e foi transmitida pela internet, pela plataforma youtube.

Regularização (II)

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão e presidente do Fórum, desembargador Paulo Velten, se pronunciou na abertura dos trabalhos, resgatando o histórico da entidade na missão de fomentar e formular políticas públicas de regularização fundiária e urbana, nos cinco estados.

Na oportunidade, o corregedor destacou o empenho das corregedorias do Poder Judiciário para a regularização fundiária, com o objetivo de assegurar a paz e a segurança jurídica, de modo que o produtor rural possa contribuir com o superávit da balança comercial e a produção de alimentos para a população nacional, principalmente o pequeno, responsável pela agricultura familiar, que detém 84% de todas as propriedades rurais do país.

Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro começa nesta terça, 26

Tem início nesta terça-feira (26) a “Semana de Mobilização e Combate ao Sub-registro 2021”, que reunirá magistrados e especialistas convidados em torno do debate de palestras referentes às políticas públicas de combate ao sub-registro, que atinge cerca de 5% da população do Maranhão. A Semana será realizada pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA), por

meio do Núcleo de Registro Civil, e conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado e Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), governo do Estado e da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen). O evento acontece de 26 a 27 de outubro e será transmitido abertamente pela plataforma social youtube da CGJ-MA, na internet. Para assistir à programação

não será necessária inscrição prévia. Durante os dois dias, especialistas convidados vão expor sobre direitos humanos e cidadania, novas tecnologias a serviço do Registro Civil e cooperação institucional na política de combate ao sub-registro de crianças e adultos. O Protocolo de Intenções 01/2020, assinado em 14 de dezembro de 2020, deu origem à Rede de Combate ao Sub-registro no Maranhão,

da qual fazem parte Tribunal de Justiça; Corregedoria Geral da Justiça; governo do Estado (secretarias de Direitos Humanos e Participação Popular e de Saúde); Ministério Público; Defensoria Pública; Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) e Arpen.